

## **“Espelho verdadeiro da vida de seus autores?”: memória e esquecimento em acervos pessoais**

Caroline da Silva, UPF<sup>1</sup>  
Djiovan Vinícius Carvalho, UPF<sup>2</sup>

### **Resumo**

A revalorização das experiências individuais e o crescente interesse em aspectos da vida privada permitiu a ampliação dos estudos que têm como base os arquivos pessoais. Organizados com a “marca da personalidade”, os arquivos pessoais guardam documentos que permitem a reconstituição da história de vidas, de uma localidade ou de uma região. A documentação preservada em nível íntimo torna-se espaço profícuo para que sejam vislumbrados aspectos da sociedade onde estava inserido o produtor do acervo. Deste modo, o presente artigo pretende discutir aspectos relacionados à memória e ao esquecimento, entendendo que os acervos pessoais se constituem como verdadeiros “suportes de memória”. Para tal, optou-se pelo trabalho com o acervo pessoal do político e industrialista Mário Menegaz.

**Palavras-chave: Acervos pessoais; memória; esquecimento.**

### **Abstract**

The revaluation of individual experiences and the growing interest in aspects of private life allowed the expansion of studies based on personal archives. Organized with the "personality mark", personal files hold documents that allow the reconstitution of the history of lives, a locality or a region. Documentation preserved at the intimate level becomes a profitable space for aspects of the society where the producer was inserted to be glimpsed. In this way, the present article intends to discuss aspects related to memory and forgetting, understanding that the personal collections constitute as true "memory supports". For that, it was chosen for the work with the personal collection of the politician and industrialist Mário Menegaz.

**Keywords: Personal collections; memory; forgetting.**

### **Introdução**

As novas abordagens historiográficas, atreladas à revalorização das experiências individuais pela história, trouxeram à tona a possibilidade do trabalho do historiador com documentos de cunho pessoal. Os diários, as memórias pessoais, as correspondências e as autobiografias foram transformados em fontes para explicar a participação de determinados personagens em processos e contextos mais amplos. Essa documentação, comumente, faz parte de arquivos pessoais.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Linha de pesquisa: Espaço, Economia e Sociedade. E-mail: caroline.simionato@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Graduado em História pela mesma Universidade E-mail: djiovanc@gmail.com.

<sup>3</sup> Brasil hoje já dispõe de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que

Referência no trabalho de divulgação de acervos pessoais, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) conceitua os arquivos pessoais como: “[...] conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas de vidas”.<sup>4</sup> Christophe Prochasson, diferenciando os arquivos pessoais dos administrativos, nos diz que os arquivos privados pendem para o lado da intimidade “[...] na medida em que não foram chamados, no momento de sua elaboração, a atingir um nível de oficialidade ou de notoriedade.” (1998, p. 107).

De todo modo, nas últimas décadas, tem crescido o número de trabalhos acadêmicos que se utilizam de arquivos pessoais como fonte de pesquisa. Christophe Prochasson apresenta duas possibilidades para esse interesse dos historiadores. A primeira seria o impulso, ou influência da história cultural e a ampliação dos estudos sobre intelectuais. A segunda seria parte da mudança na escala de observação e “[um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas” (1998, p. 110).

Nessa perspectiva, os arquivos pessoais e o diálogo com a antropologia, a sociologia e a ciência política promoveram “[...] uma diluição das fronteiras rígidas entre social, político e cultural” (GOMES, 1997, p. 123). No mesmo sentido, Prochasson (1998) percebe essas alterações como “uma mudança fundamental de sensibilidade historiográfica”, que pode ser vista como “crise” por alguns, enquanto por outros como “[...] uma modificação da relação com a história como disciplina científica” (p. 105).

Contudo, o trabalho com os arquivos pessoais não é isento de problemas. Composto por uma gama diversa de documentação, que inclui, entre outros, diários, memórias pessoais, correspondências, produção intelectual, originais de publicações, recibos, fotografias, os arquivos pessoais, por guardarem uma documentação “[...] produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público”, podem dar a falsas impressões (GOMES, 1997, p. 125).

Nesse sentido, propõe-se a problematização do acervo pessoal de um ex-prefeito do município de Passo Fundo/RS, o industrialista Mário Menegaz. O acervo, composto por correspondências, medalhas, troféus, quadros, documentos pessoais e placas foi doado ao Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), no ano de 2007, pela

---

possui um capítulo dedicado aos arquivos privados, o decreto 2.942, de 1999, e a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, estão voltados para o tema.

<sup>4</sup> CPDOC. **O que são arquivos pessoais**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 15 ago. 2018.

família do político. Durante 10 anos o acervo ficou sob custódia do Arquivo Histórico Regional (AHR/PPGH/UPF), até que a sede do IHPF fosse construída. Assim, em 2017, após a inauguração da sede própria do IHPF o acervo foi realocado e o novo arranjo permitiu que fossem discutidas, a nível institucional, a composição, a seleção, a organização e o acesso do acervo.

Nessa perspectiva, cabe elucidar as problemáticas existentes no trabalho com arquivos privados, tendo em vista a dialética da lembrança e do esquecimento, para depois serem apresentados aspectos do acervo do político Mário Menegaz.

### **Arquivos pessoais e memória**

*A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento...*

Pierre Nora

Para Pierre Nora, a memória é mutante, estando constantemente se distanciando do passado e passando por transformações (NORA, 1993). A memória é entendida, portanto, enquanto uma construção social. Qual a relação entre memória e arquivos pessoais?

A memória está sendo entendida como um conjunto de funções psíquicas que fazem intervir na ordenação dos vestígios (informações) e também na releitura desses vestígios em cada situação histórico-social. A memória seria, então, essa “[...] propriedade de conservar certas informações [...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1994, p. 419) e que, portanto, produz os elementos de identidade dos grupos humanos.

Para Maurice Halbwachs (2013), toda memória funda-se em identidades de grupo. Todo o social está inscrito na memória individual e vice-versa. Para Ricoeur (2007), a relação entre a memória individual e coletiva se dá através da narrativa. Construída sobre as experiências vividas, a memória funda-se na linguagem. É a linguagem cotidiana “com todas as suas nuances” que permite aos grupos exteriorizar a memória em forma de narrativa. A linguagem torna-se, assim, a portadora da memória, fortalecida através das narrativas coletivas.

Nesse sentido, entendendo a memória como uma construção social, atrelada a narrativas, estando em constante mudança, pode-se estabelecer alguns paralelos com os arquivos privados pessoais, sobretudo, devido à singularidade da constituição dos acervos.

Isto é, os arquivos pessoais podem estar associados à construção da imagem do indivíduo, pois, “[...] jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros” (HEYMANN, 1997, p. 57). Essa seleção, segundo Naor Franco de Carvalho (2015), é um método de “enquadramento da memória” (p. 01). Isto é, o ato de preservar, descartar, ocultar ou destacar mostra-se como alternativas para moldar a imagem do titular de um arquivo privado.

Nesse sentido, a criação/preservação/destinação de um acervo privado pode ser vista como um discurso pré-fabricado, portanto uma narrativa. Toda a documentação, que se constitui em uma “escrita de si”, é um discurso que mobiliza a sinceridade como valor de verdade, mas não pode, devido a isso, ser tratada como naturais e espontâneas (GOMES, 2004, p. 22).

Seria este, segundo Ângela de Castro Gomes, o “feitiço do arquivo”, pois a escolha de preservar ou não determinados documentos é um ato intencional, que caracterizaria uma “escrita de si”. A preservação de cartas e de materiais autobiográficos revela um “ato de memória consciente”. Portanto, se o pesquisador estiver “encantado” pelos arquivos, pode, então, estar sob a “ilusão da verdade”, pois os documentos seriam interpretados como reveladores do real, do íntimo, do espontâneo.

Ademais, essa dimensão da escrita de si, segundo Malatian (2013), remete à constatação que as informações contidas nelas “[...] serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos.” (p. 204).

### **Acervos pessoais e esquecimento**

Ante o exposto, é necessário lembrar que onde há memória, há esquecimento. Isto é, pela impossibilidade de se lembrar de tudo, ocorrem processos de “apagamento”. Paul Ricoeur (2007) expõe essa questão da seguinte forma: “[...] como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo” e, desta forma, “[...] a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva” (p. 455).

Ao tratar do caráter arbitrário da configuração dos conjuntos, Luciana Heymann (1997) aponta que há “[...] a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que o compõe”, somados “[...] as múltiplas interferências a que estão sujeitos” (p. 45). Do mesmo modo, precisa-se ter em vista que, muitas vezes, os titulares ou acumuladores não planejaram ter seus papéis e guardados expostos. Heymann (1997) aponta que a constituição de um arquivo é

[...] um processo dinâmico, que inclui reavaliações sobre o material acumulado, a identificação de documentos ‘comprometedores’ e a tentativa de ‘monumentalizar’ definitivamente a memória. Esta última avaliação, quando operada pelos herdeiros, pode obedecer a critérios bastante distantes daqueles que orientam o acumulador, especialmente se a este não planejou doar seus papéis. (1997, p. 55).

Deste modo, entende-se que um arquivo privado passa por diversas fases de constituição. A primeira é a escolha do que deve ser guardado ou não, no “fluxo dos papéis manuseados cotidianamente”. Segundo Heymann (1997), é a partir de critérios e interesses individuais, que se direciona e se constitui um acervo (p. 42). Nesse sentido, a segunda interferência é a dos herdeiros, que podem *transformar* os acervos. Nas palavras de Heymann (1997),

[...] o acervo passa a refletir os projetos e posições desses herdeiros que buscam configurar uma imagem do ancestral de forma a maximizar o capital total herdado ou, como no caso em questão, se livrar de um estigma através da possibilidade de uma redenção da figura ancestral. (1997, p. 56).

Ou seja, chama a atenção, no entanto, para o fato de que, como “[...] as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração”, por meio do qual “[...] pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela.” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Percorrendo, ainda, as tramas do esquecimento, e, entendendo que o esquecimento é uma conjugação que acontece sempre no presente, identificam-se os arquivos pessoais como uma escrita de si, ou suporte de memória, na medida em que ocorrem diversas interferências em relação à memória, à preservação, conservação ou descarte, ao acesso à pesquisa ou a destruição de acervos comprometedores. Os centros de documentação, acervos, fundos e arquivos, seriam lugares “[...] com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21).

Naor Carvalho (2015) indica que todo acervo/fundo é requisitado, ou doado, com a intenção de guardar uma memória – da família, do indivíduo ou de determinado grupo social. Memória esta que é fabricada e portadora de um valor funcional (MENESES, 1992), visto que os documentos materiais presentes nos acervos e centros de documentação comumente estão em constante análise e abertos à pesquisa. Mesmo assim, apesar dos critérios de seleção e organização, os documentos existentes em arquivos pessoais possibilitam a leitura de sistemas de trocas de favores, sociabilidades, relacionamentos, ou seja, do funcionamento de

determinados *fatia* da sociedade. Nesse sentido, propõe-se a problematização do acervo pessoal de um ex-prefeito do município de Passo Fundo/RS, o industrialista Mário Menegaz.

### **De industrial a político: Mário Menegaz**

Mário Menegaz nasceu em São Francisco de Paula/RS<sup>5</sup> em 21 de setembro de 1915. Filho de João Menegaz e Angela Marin Menegaz cursou o Ginásio completo em Caxias do Sul/RS, onde começou a trabalhar na oficina mecânica do pai, ainda com 14 anos de idade.

Em 1937, a família Menegaz chegou ao município de Passo Fundo/RS. Durante os primeiros anos de residência nessa cidade, o pai de Mário, João Menegaz, associou-se na firma Biasuz & Irmãos Ltda., onde passou a obter participação nos lucros a partir dos serviços prestados. Mário casou-se no ano de 1941, com Amélia Danna, tendo desta união 04 filhos e 12 netos. Posteriormente, Mário Menegaz, juntamente com o Grupo Tagliari, comprou as partes dos sócios desta firma e fundou, em sociedade com seu pai e irmãos, uma nova empresa denominada Menegaz & Cia Ltda, tendo sido seu diretor desde a sua fundação até o ano de 1976.

Mário Menegaz tem sua primeira aparição política em 1951, quando é eleito vice-prefeito do município por 9.873 votos, pela coligação PTB/PSP/PR, contra os 8.124 do candidato Elpídio Fialho, da coligação PSD/PL/UDN. O prefeito Daniel Dipp foi eleito, na eleição seguinte, Deputado Federal, portanto Menegaz encerrou a gestão exercendo o cargo de prefeito. O jornal *O Nacional*, da cidade de Passo Fundo, disse o seguinte a respeito de Mário Menegaz:

Colocado fora e acima de todos os partidos, honesta e sinceramente, sem quaisquer segundos intenções, expressando os sentimentos de uma coletividade, eu saúdo Mario Menegaz, o prefeito da modéstia, o edil da simplicidade, o popular administrador, honrado e diligente que soube ser, com dignidade, o prefeito de todos os passofundenses.<sup>6</sup>

Em 1963, com a criação da Coligação Popular Passo-fundense (CPP), que aglutinou alguns partidos como PSD, PL, UDN, PRP, PSP, contando ainda com o apoio do MTR e PDC, Mário Menegaz e João Floriani formaram coligação que tirou o PTB do poder local. O pleito de 1963 levou 23.607 eleitores às urnas, sendo que a diferença de votos entre a CPP e o solitário PTB foi de apenas 2.281 votos (BENVEGNÚ, 2006). A trajetória frente à

<sup>5</sup> Município do planalto do nordeste gaúcho, na microrregião dos Campos de Cima da Serra, incorporado à região das Hortênsias.

<sup>6</sup> *O Nacional*. 28 de dezembro de 1955. Edição nº 8174. Página 4. Acervo Mário Menegaz. IHPF.

Cooperativa Triticola de Passo Fundo LTDA, e sua atuação enquanto prefeito fez de Mário Menegaz um político reconhecido e aceito pelos passofundenses, dando início, assim, a um mandato de oito anos marcado por grandes acontecimentos em Passo Fundo. Mário Menegaz faleceu em Passo Fundo no ano de 2007.<sup>7</sup>

Em 1º de janeiro de 1964, ocorreu à posse do prefeito eleito Mário Menegaz. Na ocasião, esteve presente o então governador do estado Ildo Meneghetti, eleito em 1962, respaldado por uma ampla coligação, PSD-UDN-PL-PRP-PDC-PSP, denominada Ação Democrática Popular – ADP. Na ocasião, ao saudar o governador Ildo Meneghetti, o vereador Romeu Martinelli, em nome da situação, apelou ao chefe estadual que sem perda de tempo, “adotasse a corajosa medida de intervir na Sociedade Pró-Universidade, regularizando a situação do ensino superior de Passo Fundo e abrindo caminho para a federalização”. Respondendo ao apelo, disse Meneghetti, que “melhor que a intervenção do Estado” seria a federalização, procedimento que já estava providenciando<sup>8</sup>.

Tal pronunciamento anunciava uma crise que eclodiria em 1967, com a intervenção da SPU, como será tratado mais adiante. Cabe, nesse momento, cabe apontar o entrelaçamento entre Menegaz e Meneghetti. A aproximação política de ambos permitiu que Meneghetti, além de estar presente na posse de seu aliado, voltasse a Passo Fundo por mais duas vezes em 1964.

A segunda ocorreu por meio da política de interiorização, proposta por Meneghetti, quando instalou o estafe estadual no Turis Hotel durante quatro dias. Enquanto a terceira ocorre depois do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, quando o governador, temeroso de um contragolpe articulado por João Goulart e Leonel Brizola, transfere a sede do governo para Passo Fundo.

Muito se historiou sobre a escolha de Passo Fundo dentre outros municípios do estado. A existência, no município, de uma guarnição da Brigada Militar e do Quartel do Exército, certamente influenciou na escolha de Meneghetti. Contudo, segundo Murilo Zardo (2010), a escolha de Passo Fundo, como sede da “Operação Farroupilha” se deu principalmente por questões partidárias.

Naquele período, o PTB havia vencido a eleição em inúmeros municípios, destacando-se e Bagé/RS, Santa Maria/RS e Porto Alegre/RS. Enquanto isso, em Passo Fundo, após 16

<sup>7</sup> Logo após seu falecimento, o acervo do ex-prefeito Mário Menegaz foi doado pela família do político, ao Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), ainda no ano de 2007. O acervo é composto por correspondências, medalhas, troféus, quadros, documentos pessoais e placas.

<sup>8</sup> **O Nacional**, 02 de janeiro de 1964. Página 1. Acervo Arquivo Histórico Regional.

anos de governo, o PTB perdeu forças com a eleição de Mário Menegaz, eleito através da CPP. Portanto, o município de Passo Fundo era um dos poucos redutos onde o PTB não teria força, além de encontrar-se próximo à fronteira com Santa Catarina e dispor de uma linha férrea, o que facilitaria uma possível fuga ou vinda de tropas para auxiliar no golpe. Zardo destaca que esta operação vinha sendo planejada desde 1962 (ZARDO, 2010).

Deste modo, após sair pela “porta dos fundos” do Palácio Piratini, fugindo para o interior, Meneghetti instalou a capital do estado do Rio Grande do Sul, entre 1º e 03 de abril de 1964, em Passo Fundo. Quando se estabeleceu, denominou a cidade como “Capital para a Liberdade”.

A “Operação Farroupilha” deve seu sucesso ao enfraquecimento do PTB local e a presença de Mário Menegaz na liderança do Executivo Municipal em Passo Fundo. A transferência de Meneghetti foi necessária, pois, caso permanecesse em Porto Alegre, o governador teria arriscado o governo estadual, devido às presenças de Leonel Brizola e João Goulart na capital gaúcha. Com a notícia de que Jango não revidaria e “aceitava” o golpe, Meneguetti retornou a Porto Alegre acompanhado de políticos locais e moradores de Passo Fundo, intitulado sua volta como “Caravana para a Liberdade”, na qual foi aclamada pela população durante o caminho (ZARDO, 2010).

A ligação entre Mário Menegaz e Ildo Meneghetti não se restringiu aos fatos de 1964. Com o auxílio de Meneghetti, o prefeito municipal executou a intervenção na SPU, conforme solicitado na primeira vinda de Meneghetti a Passo Fundo. Inconformado com a situação criada, Mário Menegaz, retomou a posse a SPU com auxílio dos funcionários da Prefeitura, amigos e companheiros, fazendo o cerco das Faculdades com caminhões, “patrolas”, tratores e máquinas, que trancaram todas as ruas de acesso às mesmas, sendo este um ato conformado pela justiça.

Opositores do PTB, Ildo Meneguetti, Mário Menegaz e Romeu Martinelli encadearam uma manobra política para reaquistar a SPU. Esta retomada, ocorrida na gestão do presidente Marechal Costa e Silva, que tinha como Ministro de Educação Tarso Dutra, culminou com a criação da Universidade de Passo Fundo.

Um dos destaques do acervo pessoal de Mário Menega é o conjunto de correspondências recebidas de diversos segmentos da sociedade como escolas, cooperativas, entidades hospitalares e comércio, além de correspondências recebidas por membros da alta sociedade de Passo Fundo. As cartas são testemunhos favoráveis, congratulando e regozijando

o então prefeito, Mário Menegaz, sobretudo, pela intervenção junto a Sociedade Pró-Universidade (SPU).

Ao ser observado, o acervo permite que sejam identificados alguns quesitos discutidos anteriormente. O posicionamento único e uniforme nos dá um alerta, sobretudo pelo *silenciamento* do contraditório, da oposição, das polêmicas que envolveram a retomada da SPU. Mesmo que não saber “[...] jamais [...] o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros” (HEYMANN, 1997, p. 57), entendendo que o ato de preservar, descartar, ocultar ou destacar mostra-se como alternativas para moldar a imagem do titular de um arquivo privado, pode-se supor que houve um enquadramento da memória, no sentido de se criar uma narrativa positivada sobre o acontecimento, sobretudo, no que tange à participação do prefeito Mário Menegaz.

Um das questões que pode ser levantada, a partir dessas constatações, é a transformação do acervo de acordo com os interesses dos herdeiros. Conforme Heymann (1997) “[...] o acervo passa a refletir os projetos e posições desses herdeiros que buscam configurar uma imagem do ancestral” ou até mesmo a “redenção da figura ancestral” (p. 56). Nesse sentido, a memória de Menegaz pode ter sido forjada, por ele ou seus herdeiros, selecionando apenas as cartas que reforçassem aspectos positivos e coerentes de sua trajetória.

Ainda, é bom ter em mente que assim como os arquivos pessoais podem “enfeitiçar”, as correspondências pessoais “[...] longes de serem espontâneas, [...] ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentação de si” (MALATIAN, 2013, p. 197). Toda a documentação, que se constitui em uma “escrita de si”, é um discurso que mobiliza a sinceridade como valor de verdade, mas não pode, devido a isso, ser tratada como naturais e espontâneas (GOMES, 2004, p. 22). Ademais, essa dimensão da escrita de si, segundo Malatian (2013) remete à constatação que as informações contidas nelas “[...] serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos.” (p. 204).

### **Considerações Finais**

O interesse pelos aspectos da vida privada e a ampliação das possibilidades metodológicas e documentais fez crescer o número de trabalhos a partir de arquivos privados. Entretanto, é preciso ter em mente por guardarem uma documentação “produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público”, os arquivos e documentos pessoais, dariam a impressão de enxergar o produtor do arquivo de forma

verdadeira (GOMES, 1997, p. 125). Isto é, a preservação de materiais autobiográficos revela um “ato de memória consciente”. Esse seria, nas palavras de Gomes, o “feitiço do arquivo”, pois a escolha de preservar ou não determinados documentos é um ato intencional, que caracteriza uma “escrita de si”.

Ao longo deste artigo buscou-se discutir aspectos relacionados à memória e ao esquecimento, entendendo que os acervos pessoais se constituem como verdadeiros “suportes de memória”. Isto é, identificam-se os arquivos pessoais como uma escrita de si, na medida em que ocorrem diversas interferências em relação à memória, à preservação, conservação ou descarte, ao acesso à pesquisa ou a destruição de acervos comprometedores. Entretanto, apesar dos critérios de seleção e organização, os documentos existentes em arquivos pessoais, que guardam bilhetes, cartas, livros, registros e anotações, possibilitam a leitura de sistemas de trocas de favores, sociabilidades, relacionamentos, ou seja, do funcionamento de determinados fatia da sociedade.

Deste modo, tomando como exemplo o acervo do prefeito Mário Menegaz, entende-se que, ao se trabalhar com acervos pessoais, é necessário aprender a ler no silêncio, nas entrelinhas, não só dando enfoque àquilo que os documentos nos dizem, mas também a ausência de documentos, a trajetória do acervo, seus recortes e suas ausências.

### Referências Bibliográficas

- ALBERNAZ, Cássio A.A. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. **Historiæ**. Rio Grande, v. 2, n. 2, 2011. p. 9-24.
- BARROS, José D’Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare**. Revista de Educação. Cascavel, v. 4, n. 7, jan./jun. 2009. p. 147-162.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 203-233.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.
- CARVALHO, Naor Franco de. Acervo e Memória: as possibilidades de uso do acervo Michael Traumann como fonte histórica. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Disponível em:

[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427774463\\_ARQUIVO\\_AcervoeMemoria-TextoAnaisANPUH.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427774463_ARQUIVO_AcervoeMemoria-TextoAnaisANPUH.pdf). Acesso em: 15 ago. 2018.

CORBIN Alain. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 503-562.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. São Paulo, v.10, n. 19, jan./jun.1997. p. 41-66.

IMÍZCOZ, José María; ARROYO RUIZ, Lara. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. **REDES. Revista hispana para el análisis de redes sociales**. Barcelona, v. 21, n. 2, jun./dez. 2011. p. 98-138.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-483.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 195-221.

MAUSS, Marcell. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, v. 2, n.34, jun./dez. 1992. p. 9-24.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, n.2, jul./dez. 1993. p. 7-28.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François [et. ali]. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2007.